

# Sustentabilidade socioambiental em áreas de reforma agrária: tipo ideal enquanto instrumento de avaliação, planejamento e intervenção social<sup>1</sup>

Helder Ribeiro Freitas<sup>2</sup>  
France Maria Gontijo Coelho<sup>3</sup>  
Ivo Jucksch<sup>4</sup>  
José Roberto Pereira<sup>5</sup>  
Elpídio Inácio Fernandes Filho<sup>6</sup>

## RESUMO

A partir da síntese e análise do processo de constituição do assentamento Primeiro de Junho - Tumiritinga - MG, foi possível avaliar sua sustentabilidade por meio da elaboração de “Tipos Ideais” enquanto recurso de analítica metódica que instrumentaliza a compreensão de fenômenos socioambientais complexos. Acredita-se ser essa uma estratégia metodológica que tenha aplicação junto aos processos de monitoramento, avaliação em propostas de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais. A este modelo teórico-conceitual, aqui instrumentalizado através da “Análise Comparativa de Potencialidades e Limitações” possibilitou-se a construção de categorias de sustentabilidade para os grupos sociais identificados no assentamento Primeiro de Junho. Essa apropriação teórico-operacional e analítica na avaliação da sustentabilidade socioambiental de assentamentos rurais constituiu-se numa perspectiva metodológica promissora. Para isso, faz-se necessário elaborar modelos flexíveis e categorias analíticas que realmente representem a dinâmica de articulação organizativa e de valores dos grupos sociais envolvidos na análise, bem como os fatores condicionantes de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Tipo Ideal; Intervenção Social Participativa; Reforma Agrária.

**Social and environmental sustainability in areas of agrarian reform: ideal type as an instrument of evaluation, planning and social intervention**

## ABSTRACT

From the analysis of the process of constitution of the Primeiro de Junho settlement - Tumiritinga - MG it was possible to create a methodological resource to evaluate its sustainability through the elaboration of “Ideal Types”, as an analytical methodical resource that instrumentalize the understanding of complex socially and environmental phenomena. One believes that this methodological strategy has application at the monitoring processes, evaluation in proposals of sustainable development in rural settlements. To this theoretical-conceptual model, the “Comparative Analysis of Potentialities and Limitations” made possible the construction of categories of sustainability for identified social groups from Primeiro de Junho settlement. This theoretical-operational and analytical appropriation in the evaluation of the socially and environmental sustainability of rural settlement consisted in a promising methodological perspective. For this,

<sup>1</sup>Parte da dissertação do primeiro autor, intitulada “Distinção de ambientes e parcelamento de assentamentos rurais: uma abordagem metodológica”, defendida em 2004 junto ao Programa de Pós-graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Departamento de Solos (DPS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Algumas reflexões contidas neste artigo são resultados da continuidade do trabalho em Doutorado no Programa de Pós-graduação em Solos e Nutrição de Plantas da UFV, bem como da experiência de trabalho, durante o ano de 2006, tendo atuado como Articulador no Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) junto ao INCRA/SR-06 em Belo Horizonte, aos assentamentos de Minas Gerais e participação em projetos de extensão articulado com a pesquisa junto

it is necessary to elaborate flexible models and analytical categories that really represent the organizative dynamics with the values of social groups involved in this analysis, as well as the factors that condition the sustainability.

**Keywords:** Sustainability; Ideal Type; Participatory Social Intervention; Agrarian Reform.

## INTRODUÇÃO

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) preconiza que as ações da Reforma Agrária fazem parte das estratégias políticas de fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2003). Nesse sentido, à medida que avança a implantação de um assentamento e que se define a configuração socioespacial e se estruturam as Unidades Produtivas Familiares (UPFs). Os assentados constituem-se, dessa forma, em mais um grupo integrante da diversidade inerente à agricultura familiar. Como um espaço social, os assentamentos rurais têm se constituído num campo de disputa e correlação de forças (BOURDIEU, 1996). A natureza pró-ativa dos sem terras tem implicações relevantes para a configuração do desenvolvimento e a manutenção das famílias nas áreas de Reforma Agrária, haja vista que muitas têm sido as críticas ao próprio Estado, por não ter conseguido exercer um papel direcionador e efetivo na reestruturação agrária no país com a implantação das condições básicas para o desenvolvimento sustentável das famílias em assentamentos rurais (LEITE et al., 2004).

A partir de 2003, após um período de quatro anos sem proposição do governo federal de ações de desenvolvimento no âmbito da Reforma Agrária, algumas políticas públicas passaram a ser construídas e direcionadas para suprir as demandas dos assentamentos rurais. Isso ocorreu tanto no plano da infraestrutura, quanto no plano da assessoria técnica. Nesse sentido, a definição de um Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) veio integrada à Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural (PNATER). Contudo, apesar do esforço dos mais diversos agentes sociais de desenvolvimento, há consenso entre eles que a maioria das ações implementadas ainda se encontra pouco articuladas (FERREIRA NETO; CARVALHO, 2006). Para compreender esse quadro é necessário teorizar sobre o significado, a efetividade e a operacionalidade de certos conceitos vinculados ao entendimento da agricultura familiar em sua articulação com o processo de estruturação de assentamentos.

O universo da agricultura familiar não possui limites claramente definidos, mas comumente, está associada às “pequenas propriedades”, produção diversificada, mão-de-obra familiar, autonomia no processo produtivo, produção tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, dentre outras características (ABROMOVAY, 1992; BUAINAIN; ROMEIRO, 2000; BRASIL, 2006). Nos assentamentos, mesmo considerando as especificidades do processo de estruturação da UPF, também se constata a reprodução desta mesma lógica (BRASIL, 2003). Desse modo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) considera que assentar famílias constitui, efetivamente, proporcionar condições básicas para que sejam criadas novas UPF que contemplem as perspectivas de sustentabilidade (BRASIL, 2003). Entretanto, surge aí um novo dilema: como incluir a idéia de “sustentabilidade” aplicada ao processo de constituição de assentamentos rurais, em se considerando as “necessidades” dos grupos sociais e “limitações” impostas pelo meio e pelo próprio grupo social (CMMAD, 1988).

ao assentamento Primeiro de Junho entre 1999 e 2009.

<sup>2</sup>Eng. Agrônomo, Doutor em Solos e Nutrição de Plantas; Prof. Colegiado de Eng. Agrônoma - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

<sup>3</sup>Historiadora - Doutora em Sociologia; Prof.a Departamento de Economia Rural – Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: fmgontijo.coelho@gmail.com.

<sup>4</sup>Eng. Agrônomo - Doutor em Solos e Nutrição de Plantas. Prof. Departamento de Solos - Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: ivo@solos.ufv.br.

<sup>5</sup>Administrador - Doutor em Sociologia. Prof. Departamento de Administração - Universidade Federal de Lavras - UFLA. E-mail: jroberto@ufla.br.

<sup>6</sup>Eng. Agrônomo - Doutor em Solos e Nutrição de Plantas; Prof. Departamento de Solos – Uni-

Na tentativa de estabelecer certa ordem ao caos conceitual gerado por inúmeras formas de apropriação do conceito de sustentabilidade na agricultura, Azevedo (2002) orienta uma estrutura conceitual analítica que, necessariamente, está vinculada à ideia de sustentabilidade. Para tanto, ele aponta a necessidade de identificar as múltiplas facetas, dimensões e escalas relacionadas à sustentabilidade. As facetas são identificadas a partir das visões dos atores sociais envolvidos. As dimensões são várias e referem-se aos aspectos econômicos, sociais, ambientais, institucionais, científicos, éticos, e tantos outros, relacionados com a sustentabilidade do local em análise. Finalmente, as escalas representam os níveis espaciais em que a questão é tomada para análise, indo do local ao regional e, por fim, ao global. Além disso, a perspectiva de análise da sustentabilidade implica em questionamento sobre equidade social, autonomia cidadã, construção de estratégias locais de uso dos recursos naturais de forma que atendam às necessidades dos grupos sociais e respeitem a capacidade suporte ambiental. A construção da autonomia por parte de indivíduos e grupos sociais é apontada por Pereira et al. (2001) como elemento “emancipador” e de tomada de consciência da realidade cultural e ambiental.

Partindo das diferenças pertinentes aos aspectos históricos, socioculturais, econômicos, políticos e ambientais é que se torna possível a elaboração de “tipologias sociais” ou “tipos ideais”, uma estratégia de análise metódica e diferenciação capaz de instrumentalizar a compreensão de fenômenos sociais complexos (BRUYNE, 1991). Essa estratégia classificatória permite mais segurança no planejamento e execução de ações interventivas (COELHO, 2014) que tem em vista mudanças sociotécnicas, como na expressão de Lianza e Ador (2005). Assim, acredita-se que essa pode ser colocada como uma vertente promissora incorporada aos processos de monitoramento e avaliação de propostas de desenvolvimento sustentável em assentamentos ou mesmo em comunidades tradicionais. Merece, ainda, realçar que o sucesso dessa estratégia de análise exige como premissa que o monitoramento da sustentabilidade na constituição de UPF em assentamentos rurais deva, necessariamente, envolver o chamado pensamento complexo, como diria Morin (2005).

Em razão das especializações dos campos científicos, um trabalho como esse só terá conclusão com a qualidade necessária se for efetuado por equipes multidisciplinares. No relato deste trabalho, essa perspectiva metodológica foi viabilizada por diálogos transdisciplinares (PEREIRA, 2001), mais que disciplinares, pois especialidades de saber se perpassam e se interpõem a partir do levantamento etnográfico das percepções e sentido atribuído pelos assentados, ao passado, presente e futuro. Essa transdisciplinaridade possibilitou a estruturação da proposta de acompanhamento e análise da sustentabilidade de grupos sociais em assentamentos rurais que aqui será descrita.

## PROCESSO METODOLÓGICO

A partir de um estudo de caso, a análise do processo de constituição do Assentamento Primeiro de Junho, foi possível criar um instrumento para avaliar sua sustentabilidade por meio da caracterização de suas “potencialidades” e “limitações”.

### Caracterização do assentamento Primeiro de Junho

Localizado no município de Tumiritinga, Vale do Rio Doce, ao leste do estado de Minas Gerais, o assentamento Primeiro de Junho constitui-se no universo empírico de análise deste trabalho. Nessa área, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal

de Viçosa (UFV) vem desenvolvendo trabalhos de extensão e pesquisa de 1999 até os dias atuais. Essa aproximação duradoura da UFV junto à comunidade assentada possibilitou o aprofundamento e aproximações sucessivas (PEREIRA, 2001) necessário às diferentes facetas, dimensões e escalas da sustentabilidade, como orientou Azevedo (2002).

O Primeiro de Junho apresenta uma série de peculiaridades. Dentre elas, até o ano de 2007, destacava-se a presença de dois modelos de parcelamento e organização socioespacial nos quais os trabalhadores se distinguem por formas distintas de organização das atividades de produção:

- Exploração da terra em lotes individuais (familiar): 42 famílias.
- Exploração coletiva da terra por 39 famílias organizadas em uma cooperativa.

### Modelo conceitual e operacional de análise da sustentabilidade

Para se identificar em que ponto poder-se-ia localizar o assentamento numa escala de desenvolvimento sustentável recorreu-se a construção de uma classificação empírica de sustentabilidade, conforme utilizado por Pereira et al. (2003) na elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs) em vários assentamentos do Noroeste de Minas e Distrito Federal. Nessa proposta identificam-se fatores que se destacam enquanto determinantes para se explicar porque um grupo social se encontra em determinada condição. Para isso, aplica-se a técnica de “Análise Comparativa de Potencialidades e Limitações” gerando categorias de sustentabilidade. O referido autor indica oito fatores condicionantes que, em sua maioria, estão incluídos no roteiro do INCRA (BRASIL, 2001; BRASIL, 2006) para elaboração dos PDA (infraestrutura social; sistema de produção; mercado; meio ambiente; organização; assistência técnica; complexo institucional; educação), aos quais são atribuídas pontuações. A pontuação é feita atribuindo 1 (um) ponto positivo a cada ponto forte e, a cada ponto fraco, 1 (um) ponto negativo. O somatório dos pontos positivos é comparado com categorias de sustentabilidade sugeridas no Quadro 1, de modo que o assentamento se situe em um determinado ponto em relação ao tipo ideal (39 pontos) aqui denominado, Assentamento Sustentável (AS).

Categorias	Pontos Classificatórios*
AS (Assentamento Sustentável)	39
A (Condições Favoráveis de Sustentabilidade)	28-38
B (Condições Intermediárias de Sustentabilidade)	16-27
C (Condições Mínimas de Sustentabilidade)	08-15
D (Abaixo das Condições Mínimas de Sustentabilidade)	<08

Entretanto, não se pode perder de vista que os níveis categorizados é resultado da construção empírica com vistas na construção de “tipos ideais”. Essa construção se constitui em “uma organização de relações inteligíveis próprias ou a um conjunto histórico, ou a um encadeamento de acontecimentos” (LIPSET et al. apud BRUYNE, 1991, p. 181). Neste sentido, o tipo ideal não existe, mas é algo concebido para permitir cognição, pois é um recurso metodológico de análise e se faz por aproximações sucessivas até chegar a uma referência capaz de agrupar aspectos explicativos de determinados fenômenos, que no caso aqui estudado são as condições de sustentabilidade dos assentamentos. Um teórico que utilizou dessa estratégia analítica para compreender o fenômeno complexo da sociedade moderna foi Max Weber.

Quadro 1. Classificação dos assentamentos em categorias de sustentabilidade. Fonte: Pereira et al. (2003). \*Originalmente o autor apresenta o máximo de 40 pontos classificatórios, tendo sido excluído um dos critérios por não se aplicar à realidade social do presente trabalho.

Assim, originalmente, a construção de tipos ideias é um esforço classificatório promissor quando se pretendeu fazer uma análise e síntese de perfis, comportamentos e processos, no âmbito das ciências sociais. Os objetivos dessa classificação neste trabalho foram orientar instâncias públicas, famílias assentadas, mediadores e entidades de apoio na tomada de decisões estratégicas. As definições de metas, recursos e prazos são condicionados pela análise que se faz dos recursos existentes. A intenção aqui foi criar um instrumento que orientasse melhor a definição dos investimentos para que os assentamentos atinjam condições mais favoráveis de sustentabilidade num intervalo de tempo menor.

### **Levantamento, sistematização e análise dos dados**

O levantamento e sistematização dos dados do assentamento ocorreram no universo do trabalho de mestrado desenvolvido pelo primeiro autor entre 2003 e 2004. Assim, o quadro síntese apresentado abaixo com a avaliação das limitações e potencialidades refere-se a este momento de análise. Entretanto, em virtude da continuidade da atuação do grupo da UFV junto ao assentamento, foi possível fazer uma série de acréscimos e discussões de situações e definições. Essas observações posteriores têm motivado novas indagações e implicações práticas e teóricas sobre efetividade e sustentabilidade em assentamentos.

Assim, na sistematização dos dados utilizou-se a “triangulação” na coleta e na análise de informações como orienta Triviños (1987), o que tem fundamentado pesquisas em educação e sociologia. A triangulação consiste no estabelecimento de três dimensões analíticas: o nível *teórico*, *empírico* (informações primárias) e *macro-histórico* (informações secundárias).

Para o campo das informações primárias, utilizou-se da potencialidade dos métodos de pesquisa participativa (COELHO, 2014), com o uso dos Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs). Orientados pela aproximação interventiva da pesquisa participativa as informações primárias vieram de entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑUS, 1987) com técnicos do INCRA e assentados, caminhadas transversais (com assentados) nas áreas dos lotes e do assentamento como um todo, além de levantamento de solos (LEMOS; SANTOS, 1996; EMBRAPA, 1999) e caracterização do meio físico em relação ao relevo, vegetação, uso da terra e degradação ambiental através de imagens de satélite de alta resolução (IKONOS-II). Tais informações foram trabalhadas no programa Arcview 3.2 e ArcGis 9 de modo a processar os dados do meio físico e facilitar a análise destes aspectos no que tange à sustentabilidade do assentamento

As informações secundárias foram obtidas de diversos documentos: laudo de vistoria do INCRA no processo de desapropriação; atas de reuniões dos assentados no período de criação do projeto de assentamento; diagnósticos e planos de desenvolvimento dos assentamentos; projeto de parcelamento do assentamento; imagens de satélites, fotos aéreas, levantamentos do meio físico feitos por técnicos do INCRA; relatórios de diagnóstico participativo com os assentados, relatórios de pesquisa e de extensão já realizados pela UFV ou em desenvolvimento junto às famílias até os dias atuais.

Finalmente, fez-se a triangulação das informações coletadas nas três dimensões analíticas foi realizada, possibilitando a identificação das limitações e potencialidades, bem como o monitoramento, avaliação e desenho das “sustentabilidades” identificadas para os grupos sociais existentes no assentamento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Caracterização social e processo de constituição do assentamento primeiro de junho

#### Origem das famílias e ocupação da fazenda Califórnia

A grande maioria das famílias do Primeiro de Junho pertence aos municípios do Vale do Mucuri e Jequitinhonha (Águas Formosas, Poté, Padre Paraíso, Pavão, Itaipé, Novo Cruzeiro, Ouro Verde, Frei Gonzaga, Belo Oriente, Joáima, Ladainha, Frei Gaspar, Coroaci, Frei Inocência, Irapé, Itinga e outros), ocorrendo apenas quatro dentre as vinte entrevistadas que já viviam no município de Tumiritinga. Praticamente todos têm origem rural e trabalhavam como diaristas em atividades agrícolas ou como “meeiro e parceiros em terra dos outros”. Pelos relatos, os poucos que detinham posse de terra viviam na propriedade dos pais em minifúndios, restritos à função de moradia e produção para o autoconsumo com criação de pequenos animais e quintais (frutíferas e hortaliças).

Essas famílias participaram desde a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) em Minas e estavam presentes na primeira ocupação de terras no estado (COELHO et. al., 2007), que deu origem ao assentamento Aruega em 1988, no Vale do Jequitinhonha, município de Novo Cruzeiro. Hoje, no Primeiro de Junho, elas se classificam como os “excedentes” de Aruega e destacam que passaram por outras ocupações como a do atual assentamento Santa Rosa - Córrego das Posses, este último em Itaipé, dentre outras ocupações. Isso fez com que percorressem um caminho de ocupação de terras e despejos sofridos ao longo de sete anos até ocuparem a Fazenda Califórnia e Califórnia de Limeira em Tumiritinga em 1993.

De acordo com o diagnóstico feito pelo Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) de Governador Valadares em 1988, aproximadamente 90 famílias que trabalhavam nas fazendas Califórnia e Califórnia de Limeira, impedidos de trabalhar pelos herdeiros da citada fazenda, se mobilizaram com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e enviaram um abaixo-assinado ao então Presidente da República José Sarney, reivindicando a desapropriação desta para fins de Reforma Agrária. Em 1989, a fazenda Califórnia já havia sido decretada como área de interesse para fins de Reforma Agrária (Decreto nº 96.130 - 06/06/1988), mas os trabalhadores rurais aguardavam o andamento de processo judicial para a criação de um assentamento.

Contudo, as famílias com origem em Tumiritinga, ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais tiveram de esperar até o ano de 1993 para ter acesso à terra, quando entraram em contato com o MST e reuniram forças para ocupar a fazenda. As famílias do MST, com origem no Vale do Mucuri/Jequitinhonha, que estavam há vários anos ocupando e sendo despejadas de imóveis, vislumbraram na ocupação dessa fazenda, a possibilidade de assentamento definitivo das mesmas.

Assim, dois grupos com mediadores distintos, um ligado à FETAEMG e outro ao MST, entraram num acordo, reuniram forças e ocuparam as fazendas Califórnia e Califórnia de Limeira em primeiro de junho de 1993. Com a ocupação da área pelos dois grupos em 1993, sucederam-se três anos com uma série de divergências entre esses grupos. Tais desentendimentos acabaram por separá-los, o que culminou, em 1996, com a criação de dois assentamentos, Primeiro de Junho (Fazenda Califórnia) e Cachoeirinha (Fazenda

Califórnia de Limeira).

### **Definição do número de famílias assentadas, constituição de grupos sociais e parcelamento:**

O INCRA, em seu laudo de vistoria, recomendou o assentamento de 62 famílias na área relativa às duas fazendas (Califórnia e Califórnia de Limeira). Desde a ocupação instalou-se o primeiro conflito que revelou as diferenças de concepção próprias dos dois grupos MST e FETAEMG. Enquanto o MST, que vinha com famílias em luta e debaixo da lona preta por mais de sete anos, reivindicava o assentamento de, aproximadamente, 90 famílias em toda área; o Sindicato de Trabalhadores rurais de Tumiritinga, vinculado à FETAEMG, reivindicava a prioridade na escolha da área para assentar seus integrantes, haja vista que as famílias estavam aguardando a desapropriação da área desde 1988.

Diante desse iminente conflito o INCRA optou pela criação de dois assentamentos, Cachoeirinha com 33 famílias e Primeiro de Junho com 81. Nas duas áreas, em que inicialmente os técnicos do INCRA previram uma capacidade de abrigar 62 famílias, acabou por assentar 114.

Dessa forma, no Primeiro de Junho, o menor lote possui 15 hectares e o maior 35 hectares. Quanto à capacidade de assentamento de famílias, nota-se que ela foi uma definição resultante de negociações, não sendo pautada exclusivamente por padrões técnicos como qualidade dos recursos naturais, características sócio-econômicas e culturais das famílias. Essa experiência evidencia que, nesse contexto estressante de longos anos de acampamentos e despejos, a definição das propostas de desenvolvimento do assentamento são difíceis. Mesmo que sejam de interesse dos assentados, eles não têm condições de total controle dos resultados futuros das decisões tomadas nesta fase.

Definida a capacidade de assentamento da área, número de famílias, e o desmembramento em dois assentamentos, as famílias assentadas no Primeiro de Junho voltaram-se para a discussão sobre a forma de organização interna do assentamento. A constituição e estruturação das formas de organização do trabalho e de uso da terra, se coletiva ou individual. No assentamento pesquisado esse foi um processo longo de negociações internas. De acordo com documentos consultados, relatos colhidos até 2004 e observações e análises da dinâmica do assentamento atualmente, foi possível estabelecer uma ordem cronológica de alguns momentos relevantes de constituição e estruturação dos grupos sociais assentados. Esses momentos trazem implicações para a sustentabilidade socioambiental do assentamento, como descritas adiante no Quadro 2.

Momentos	Processo
1993	Constituição de grupos de exploração coletiva das áreas agricultáveis: nesse momento essa foi a forma de manter a unidade das famílias, em resistir na área até a definição do INCRA quanto à criação do assentamento, além de exercitar a forma de trabalho coletivo proposta pelo MST.
1993	Primeiras experiências na exploração de forma individual: as famílias que não se adaptaram à forma coletiva de trabalho iniciaram um processo de produção individual, seja por considerar que o coletivo não atendia às necessidades específicas de sua família, seja pela necessidade de autonomia na tomada de decisões quanto à dinâmica e ritmo do trabalho e da produção.
1993-1996	Consolidação das duas formas de produção: nesta fase definiram-se as perspectivas de constituição de unidades de produção “familiar individual” e unidade de produção “coletiva”. A unidade coletiva que esse grupo desejava constituir passava pela coletivização da terra, do capital e do trabalho.

Quadro 2. Cronologia do processo de implantação do assentamento Primeiro de Junho.  
Fonte: Análise de documentos e entrevistas (2004), além de observações e relatórios de campo posteriores (até 2008).

1996	Definição do INCRA quanto ao número de famílias a serem assentadas: neste momento ocorreu a discussão quanto às áreas que seriam ocupadas por cada um dos dois grupos. Com a opção do grupo que se autodenominou “individual” pela área denominada Limeira. O grupo coletivo ficou com a área restante em que se localiza a antiga sede da fazenda. Deste modo o assentamento ficou dividido praticamente ao meio possuindo uma área destinada a lotes familiares individuais e outra área de exploração coletiva na qual também se inseria uma agrovila em que todas as famílias do assentamento tinham um lote para construção de uma casa, inclusive os assentados que optaram pela exploração familiar individual dos lotes.
1997	Parcelamento feito pelo INCRA: esse foi feito seguindo alguns critérios técnicos e a forma de organização definida anteriormente pela comunidade. Início da aplicação dos créditos oficiais na estruturação das UPF e coletiva, bem como das infraestruturas sociais do assentamento.
2006	Dissidência de 14 famílias do grupo coletivo: após longo período de convívio e trabalho na cooperativa (10 anos), essas famílias estavam insatisfeitas com os resultados alcançados. Resolveram sair da cooperativa e solicitaram ao INCRA que fizesse um parcelamento parcial da área coletiva. Depois de negociações (2004, 2005 e 2006) estabelecidas entre este grupo dissidente, o grupo coletivo e o INCRA, a área foi parcelada em lotes individuais para exploração familiar, de modo que em 2008 as famílias encontravam-se em fase de reestruturação nestes lotes de entorno de 20 ha. Para essas famílias essa nova fase constitui-se em um período de recomeço haja vista que não dispõem mais de créditos oficiais da Reforma Agrária para estruturação das atividades socioprodutivas e da infraestrutura social dos lotes.
2008	Discussão relacionada à dissolução da cooperativa: em 2008 as 25 famílias remanescentes da cooperativa resolvem acabar com a cooperativa e propuseram o parcelamento da área coletiva restante, bem como a distribuição das benfeitorias construídas coletivamente ao longo de 12 anos de trabalho cooperativo, processo que ainda se encontrava em vias de definições junto ao grupo coletivo e ao INCRA no momento das últimas aproximações junto ao assentamento.

### Características das unidades de produção “coletiva” e “individual”

A constituição do assentamento, como apresentada aqui, levou à criação de formas de organização do trabalho e da produção com diferenças marcantes entre agricultores individuais e coletivos. Tendo como elemento de análise a “Unidade Produtiva” e partindo das características gerais dos grupos sociais (Quadro 3) podemos enquadrar os assentados individuais no que Abramoway (1992) e Woorttmann e Woorttmann (1997) chamou de unidades de produção camponesa, haja vista a busca pela autossuficiência, baixa inserção no mercado e não especialização em atividades destinadas à geração de renda.

Junto ao grupo coletivo, observam-se algumas semelhanças com a categoria de “empresa familiar”, tais como a diferenciação de linhas de produção para a subsistência e geração de renda. As atividades de produção de cana, pecuária leiteira e de corte, frango para corte e postura, apicultura, além da agroindustrialização da cachaça, abate de frangos e farinha de mandioca era claramente destinada à geração de renda para os cooperados. Nas famílias individuais, a atividade que tinham maior inclinação para este fim é a pecuária de corte. No entanto, a autonomia que caracteriza os coletivos é distinta da que caracteriza os individuais. Nos coletivos a autonomia baseia-se na formação política organizativa. Isso é o que Freire (1981) caracteriza como autonomia cidadã. Enquanto nos individuais trata-se da autonomia administrativa que Molina (1976) apresenta como característica marcante aos grupos camponeses.

Também é possível identificar em tais formas de organização, uma categoria de análise muito importante para o desenvolvimento de grupos sociais e comunidades rurais, que é a questão da solidariedade. Nesse sentido, Durkheim (1978) distinguia duas formas de solidariedade entre os indivíduos de um grupo social, a “orgânica” e a “mecâ-

nica”. Pode-se dizer que no grupo de famílias assentadas denominada individuais, predominavam a forma de solidariedade “mecânica”, ou seja, este grupo realiza suas atividades separadamente e só se organiza em ações coletivas quando motivado pela vantagem material explicitada. Isso é o que se pode traduzir da seguinte afirmativa “o que eu vou ganhar com o trabalho no grupo ou na associação?” Diferentemente, no grupo coletivo predominava a solidariedade “orgânica”, ou seja, uma articulação de atividades interligadas. A partir dessa perspectiva de Durkheim, o que mantinha a maioria das pessoas no grupo coletivo seria a afetividade dessa articulação que era a materialização dos ideais de construção de uma nova sociedade mais igualitária e solidária.

Fatores	Individual	Coletiva
Nº Famílias	42	39
Área média dos lotes (ha)	20,00 (entre 13,00 e 34,00 ha)	935,00 (exploração coletiva)
Forma de organização	Associação de Produtores Individuais da Fazenda Califórnia.	Cooperativa – Coopernova.
Objetivo da produção	Segurança alimentar e geração de renda.	Segurança alimentar e geração de renda.
Intensidade de uso de insumos agroindustriais.	Baixo, chegando a nulo: sem uso de adubação química e sementes melhoradas; eventual uso de trator no preparo da terra; trabalho braçal nos tratos culturais, além de tração animal para o transporte.	Médio uso de insumos: eventual uso de adubação química e sementes melhoradas; constante uso de trator/implementos e caminhão próprios, o que não substitui totalmente o uso do trabalho braçal; ração industrializada para alimentação de frangos.
Organização do trabalho	Mão-de-obra familiar	Mão-de-obra coletiva dos associados
Atividades produtivas	Pecuária de corte e leite, os cultivos de milho, feijão, arroz, abóbora, mandioca, cana-de-açúcar, frutíferas e hortaliças nos quintais, produção de farinha de mandioca, criação de pequenos animais.	Cultivo do milho, feijão, arroz, hortaliças, mandioca, frutíferas, cana, banana, pecuária leiteira e de corte, frango para corte e postura, apicultura, além da agroindustrialização da cachaça, abate de frangos e farinha de mandioca.
Inserção no Mercado	Baixa inserção da produção no mercado local. O principal produto é o boi vivo, seguido do excedente da produção de arroz, feijão, leite, milho e pequenos animais. Dentre esses têm sido destaque o arroz.	Grande inserção no mercado local e média no regional. Possui produção direcionada ao mercado, dentre elas têm-se: boi vivo, leite, frango vivo e abatido, cachaça, mel, farinha, além do excedente da produção de milho, feijão, arroz, hortaliças, dentre outros. Entretanto, não tem conseguido garantir a segurança alimentar das famílias.
Satisfação com os ganhos em produtos em dinheiro	Variável, há um número de famílias reduzido que estão satisfeitas por conseguir atender aos anseios financeiros e também à subsistência.	Baixa para a maioria dos cooperados, pois a distribuição dos resultados da cooperativa não tem conseguido satisfazer aos sócios, sejam eles financeiros, sejam para atender à subsistência.
Autonomia administrativa da unidade de produção	Todas as decisões quanto à forma de organização para o trabalho e as atividades produtivas são tomadas dentro do âmbito familiar, o que confere uma autonomia, relativa maior em relação aos coletivos.	Estão submetidos à hierarquia da cooperativa, de modo que não podem tomar decisões, no âmbito familiar, quanto à forma de trabalho e investimentos na unidade de produção. Todas as decisões passam pela assembléia.
Autonomia cidadã	Menor, haja vista o reduzido número de parcerias e a grande dependência de agentes políticos externos para o desenvolvimento das famílias.	Maior, pois o grupo tem uma forma de organização que potencializa as ações que beneficiam o bem-estar de todas as famílias. Exerce forte liderança política no município e ações do próprio MST ao reivindicar e encaminhar demandas do assentamento junto aos poderes públicos.

Quadro 3. Principais características das unidades de produção coletiva e individual do assentamento Primeiro de Junho.  
Fonte: Análise de documentos e entrevistas, 2004.

Nesse caso, a homogeneização dos processos produtivos e as tentativas de padronização dos ritmos do trabalho dos cooperados aproximou a dinâmica produtiva da cooperativa (um empreendimento de propriedade coletiva e de propósito distributivo) daquela que orienta uma empresa agrícola (propriedade privada voltada para a expropriação do trabalho e cúmulo de capital) Contudo, sem ter a estrutura de propriedade e de autoridade sobre o trabalho que existe numa empresa agrícola. Aos limites institucionais (operacionais e estruturais) somaram-se as dificuldades ou limites ambientais para a manutenção da subsistência e geração de renda efetiva para as famílias cooperadas. Essa situação tornou-se insuportável para algumas famílias até que um grupo de 14 cooperados desvinculou-se da cooperativa em 2006, com o conseqüente parcelamento de parte das terras coletivizadas e buscaram estruturar-se enquanto UPF. Entretanto, sem os recursos de instalação comuns ao processo de reforma agrária, pois já haviam recebido tais créditos (instalação, PROCERA, PRONAF, custeio, etc...) e encontram-se, novamente, sob uma terra nua.

As demais famílias cooperadas resistiram e continuaram na proposta do trabalho coletivo. Entretanto, neste ano de 2008, a tensão provocada pela precariedade de reprodução econômica, não resposta ambiental satisfatória e as dificuldades de gestão das inúmeras atividades produtivas com a redução da força de trabalho, configurou um cenário de disputas internas e abalo nos laços de afetividade, confiança e respeito mútuo que levaram as famílias do grupo decidir pela dissolução da cooperativa e parcelamento das terras. Assim, iniciou-se um amplo debate sobre a distribuição dos bens e infra-estrutura. Deste modo, essas famílias viveram (em 2008), então, um momento delicado, tão grave quanto aos momentos de embate contra um inimigo comum como foi o caso da luta contra o latifúndio.

Neste sentido, as formas mais características da tipologia camponesa apontadas por Abramovay (1992) e Woorthman e Woorthman (1997), como mão-de-obra familiar, rejeição ao risco, pequena inserção nos mercados e acesso a crédito, diversificação dos sistemas de cultivo e produção direcionada para garantir a segurança alimentar, evidenciam-se no grupo de famílias individuais. Recentemente, essas emergem, também, no seio do grupo engajado numa forma de organização coletiva voltada para sua melhor inserção no mercado, e mais recentemente na opção pela reorganização em UPF do grupo de disidentes da cooperativa.

### **Potencialidades e limitações: sustentabilidades do assentamento Primeiro de Junho**

Num esforço de síntese, até o ano de 2004, o que se constatou é que existiam prós e contras, internos e externos aos grupos, sobre as duas formas de organização sócio-produtiva, sendo que ambas as propostas possuíam distintas potencialidades e limitações. Com a continuidade das observações até 2008, foi possível perceber que a discussão da sustentabilidade vai além dos sistemas e unidades de produção. Assim, a unidade de análise passa a ser *“os assentados e o assentamento”*.

Apesar de todos os conflitos internos, contraditoriamente, o grupo coletivo destacava-se em relação ao individual, pois vinha conseguindo na área que controlavam dinamizar e modificar o processo de desenvolvimento no sentido da sustentabilidade, o que tinha efeitos positivos para o assentamento como um todo.

Os individuais, por sua vez, também se envolviam nesse processo dinâmico de conversão produtiva mais sustentável. No entanto, em 2008, ainda tinham limitações de caráter político-organizacional que restringiam e, muitas vezes, inviabilizava, qualquer mudança nesse sentido. Tudo indica que a falta de habilidade de articulação social para além das famílias restringiam o desenvolvimento de suas forças produtivas e ações políticas aglutinadora de algumas lideranças.

Assim, em 2004, para uma análise geral da sustentabilidade do assentamento, ficava evidente que ela só seria possível de ser feita levando em consideração as formas de organização social, coletiva ou individual. Essa diferenciação apontou para um determinado cenário (Quadro 4) no qual era bem diferenciado entre os dois grupos, conforme as categorias empíricas sugeridas por Pereira et al. (2003).

Fatores Condicionantes	Critérios	Coletivos		Individuais		Condições
		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	
1. Infra-estrutura Social	Escola	X		X		Coletivos: estadual com ensino até a oitava série para jovens e adultos, o segundo grau é feito na cidade com auxílio de transporte da prefeitura. Individuais: idem.
	Posto de saúde	X		X		Coletivos: unidade básica de saúde na sede e com atendimento médico quinzenal no assentamento. Individuais: idem.
	Estradas internas	X			X	Coletivos: bom acesso até a agrovila e restrito a algumas pastagens Individuais: restrito a toda área.
	Água (consumo humano)	X			X	Coletivos: tratada pela Companhia de Saneamento (COPASA) e distribuída na agrovila. Individuais: pouca quantidade e péssima qualidade.
	Energia elétrica	X		X		Coletivos: praticamente todas as casas possuem. Individuais: idem.
	Moradias	X		X		Coletivos: a maioria tem boa estrutura. Individuais: idem.
	Saneamento básico			X		Coletivos: inexistente. Individuais: idem.
2. Sistema de Produção	Clima		X		X	Coletivos: restrições climáticas (baixa precipitação e elevadas temperaturas). Individuais: idem.
	Solo		X		X	Coletivos: predomínio de classe indicada para pastagem ou de uso restrito segundo os sistemas de Capacidade de Uso e Aptidão Agrícola. Individuais: idem.
	Técnica		X		X	Coletivos: também em desenvolvimento, com auxílio de pessoas do lugar e conhecimento técnico/científico. Individuais: em desenvolvimento com auxílio de assentados que já viviam em Tumiritinga.
	Construções e instalações	X			X	Coletivos: galpões, casa de farinha, alambique, aviários, curral, área de abate e congelamento de frangos, açude, suinocultura, apiário, tanques de piscicultura. Individuais: não possui infra-estrutura produtiva.
	Força de trabalho		X		X	Coletivos: insuficiente. Individuais: limitada.
	Crédito financeiro	X		X		Coletivos: Créditos do Programa de Reforma Agrária, Financiamento CARITAS. Individuais: Créditos do Programa de Reforma Agrária.
	Máquinas e equipamentos	X			X	Coletivos: Trator e implementos, caminhão, moto, motores, engenho, dentre outros. Individuais: pouco além de um triturador de capim e carroça para algumas famílias.
3. Mercado	Meios de transporte	X		X		Coletivos: Próprio trem, ônibus, balsa. Individuais: trem, ônibus, balsa.
	Comercialização	X			X	Coletivos: boa organização para o mercado da micro-região. Individuais: pouco organizada e em pequena escala.
	Mercado consumidor	X			X	Coletivos: local e micro-região. Individuais: local.
	Fornecedores		X		X	Coletivos: Governador Valadares. Pouco diversificado. Individuais: idem.
	Estradas externas		X		X	Coletivos: má qualidade. Individuais: idem.
	Marca e qualidade dos produtos		X		X	Coletivos: em desenvolvimento. Individuais: pouco desenvolvida.
	4. Meio Ambiente	Água		X		X
Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal			X		X	Coletivos: mata inexistente, reservas e áreas de preservação permanentes em uso com pastagem e cultivo. Individuais: idem.
Fauna local			X		X	Coletivos: baixa diversidade. Individuais: idem.
Plano de manejo			X		X	Coletivos: inexistente. Individuais: idem.
Relevo			X		X	Coletivos: ondulado, forte ondulado e forte. Individuais: idem.

Continua...

Quadro 4. Caracterização e análise dos fatores condicionantes de sustentabilidade do assentamento. Fonte: Adaptado do PDA Colônia dos Ciganos (PEREIRA et al., 2003) e com base em análise documental e informações da pesquisa, 2004.

Fatores Condicionantes	Critérios	Coletivos		Individuais		Condições
		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	
5. Organização	Cooperativa	X			X	Coletivos: sistema de autogestão. Individuais: inexistente.
	Associação	X		X		Coletivos: complementar à cooperativa. Individuais: existente, entretanto apresenta problemas relacionados à participação.
	Participação	X			X	Coletivos: é consciente e democrática. Individuais: hierárquica e prevalece a cultura do silêncio e desmobilização.
	Grupos de ajuda mútua	X		X		Coletivos: solidariedade orgânica. Individuais: solidariedade mecânica.
6. Assistência Técnica	Assistência técnica	X			X	Coletivos: zootecnista contratado por meio de convênio com a CARITAS, morando na agrovila e à disposição da Cooperativa. Individuais: inexistente.
	Projeto de assistência técnica	X			X	Coletivos: Projeto de desenvolvimento da avicultura e pecuária por meio de convênio com a CARITAS com duração de 3 anos. Individuais: inexistente.
7. Complexo Institucional	Instituições ambientais		X		X	Coletivos: inexistentes. Individuais: idem.
	Grupos mediadores	X		X		Coletivos: MST, Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), cooperativa e organizações políticas locais. Individuais: idem.
	Convênios	X			X	Coletivos: CARITAS. Individuais: inexistentes.
	Parceria institucional	X		X		Coletivos: CARITAS, UFV e AESCA. Individuais: AESCA e UFV.
8. Educação	Alfabetização	X		X		Coletivos: com curso até a 8ª em escola no assentamento. Individuais: idem.
	Experiências profissionais		X		X	Coletivos: em construção com jovens e adultos do assentamento em formação. Individuais: idem.
	Cursos de capacitação profissional	X			X	Coletivos: frequentes. Individuais: pouco frequentes.
	Saber local		X		X	Coletivos: em construção. Individuais: idem.

A análise dos critérios para cada fator condicionante levou ao seguinte enquadramento categórico em relação às condições de sustentabilidade:

- Coletivos: “23 Pontos Fortes”; 16 Pontos Fracos, tendo sido enquadrado na Categoria B, considerado, assim, um grupo em condições intermediárias de sustentabilidade.

- Individuais: “11 Pontos Fortes”; 28 Pontos Fracos, tendo sido enquadrado na Categoria C, considerando o grupo em condições mínimas de sustentabilidade.

Esta avaliação foi, então, resultado da conjugação de fatores quantitativos e qualitativos considerados fatores condicionantes para o desenvolvimento sustentável dos dois grupos.

Em realidade esse resultado reflete a impressão geral que se tem ao se fazer algum trabalho com o grupo coletivo, pois apesar de passar por uma série de dificuldades internas, no âmbito da cooperativa, esse grupo vinha conseguindo melhorar a infraestrutura do assentamento; buscar parcerias para superar as restrições de ordem social, econômica e ambiental. Contrastando-os com os individuais, eles exercitavam com mais propriedade a autonomia cidadã de Freire (1981), característica que tem sido a maior dificuldade entre os individuais.

Entre as características do grupo individual destaca-se o que se pode chamar de autonomia no processo produtivo. Esse tipo de autonomia tem lhes potencializado a construção de um conhecimento local que surge de suas experiências individuais sobre o ambiente de produção nos lotes. A necessidade de identificação dos ambientes, dos tipos de terras e da melhor época de cultivo é entre eles mais refinada em razão da maior pressão restritiva dada pela relação recurso de trabalho familiar em contraposição

com tamanho reduzido das áreas e fragmentação dos ambientes. Quando comparados aos coletivos, essa condição os fez testar maiores variações de sistemas de cultivos nos distintos ambientes do assentamento. Assim, os individuais encontraram meios de cultivo em ambientes destinados apenas a pastagem pela cooperativa. Isso tem possibilitado superação das inúmeras limitações do ambiente com a construção do conhecimento local etnopedológico, uma das bases para a sustentabilidade dos agroecossistemas (CARDOSO, 1993; WINKLERPRINS, 1999; CORREIA et al., 2004; FREITAS, 2009; MÂNCIO, 2013; FREITAS et al., 2015). No entanto, numa avaliação mais ampla, este se enquadrou na Categoria C, apresentando-se com condições mínimas de sustentabilidade, somando 11 Pontos Fortes.

As principais queixas dos assentados individuais perpassam pela falta de recursos para investimentos e limitações edafoclimáticas (longa estação de seca e elevada degradação ambiental pelos processos erosivos). Quanto aos recursos, os créditos foram disponibilizados ao assentamento à medida que as etapas de constituição do mesmo avançavam. Desta forma, as famílias só passaram a contar com recursos da Reforma Agrária a partir da homologação das famílias assentadas, em 1996. Os valores apresentados (Quadro 5) correspondem aos créditos concedidos em suas diferentes modalidades (fomento, habitação, PROCERA, PRONAF A) aos assentados ao longo da implantação do assentamento.

Destino/ano de liberação	Individuais	Sub-total Individual (R\$)	Coletivos	Sub-total Coletivos (R\$)
Fomento-1996	600,00 (41)	24.600,00	600,00 (37)	22.200,00
Habitação-1997	2.000,00 (41)	82.000,00	2.000,00 (42)	84.000,00
PROCERA-1998	7.500,00 (42)	315.000,00	7.500,00 (37)	277.500,00
PRONAF A-2000	2.000,00 (38)	76.000,00	2.000,00 (38)	76.000,00
Sub-total		497.600,00		459.700,00
Total (R\$)				957.300,00

Os valores advindos da aquisição da terra e indenização de benfeitorias só começam ser pagos a partir da emancipação do assentamento. Até 2004, a preocupação das famílias era com o pagamento dos créditos (Quadro 5), para os quais algumas famílias do grupo individual não tinham conseguido liquidar. Quanto aos demais créditos, coletivos e os outros individuais, tinham o feito essa quitação com dificuldades até 2004.

A forma de organização coletiva, por ter integralizado um grande montante de recursos, possibilitou uma maior capacidade de investimentos e também exploração mais intensiva das atividades produtivas que os individuais, especialmente a pecuária mista (leite e corte simultaneamente). Em 2004, isso pode ser constatado com a diferenciação das características das unidades de produção individual e coletiva apresentadas no Quadro 3.

A principal conclusão que se pode ter é que a organização coletiva foi, um instrumento estratégico para o desenvolvimento do assentamento, de modo que também tinha contribuído muito com a melhoria de qualidade de vida dos individuais com os ganhos políticos traduzidos em melhoria na infraestrutura social do assentamento.

Os dois grupos são marcas distintivas do Primeiro de Junho e não um problema desse assentamento. Assim, algumas lideranças individuais têm participação política nos momentos de decisão sobre aspectos que afetam o assentamento como um todo. As di-

Quadro 5. Créditos liberados para as famílias do assentamento Primeiro de Junho. PRONAF: Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar; PROCERA: Programa de Crédito para Reforma Agrária; Fonte: dados do INCRA/2004.

ficuldades enfrentadas pelo grupo coletivo quanto à produção de gêneros alimentícios básicos para a subsistência das famílias cooperadas é a exacerbação de um problema enfrentado por todos. A interação das experiências é rica, mesmo que ainda não se tenha efetivado de maneira formal até 2008. Por exemplo, os coletivos poderiam encontrar soluções com o conhecimento das estratégias já desenvolvidas pelos individuais que conseguem produzir e conviver com algumas restrições ambientais do assentamento. Mas essa interação só acontecerá em nova articulação organizativa, institucional e social.

Na realidade, observa-se que este já é um processo em curso entre o grupo de famílias que saiu da cooperativa em 2006, na medida em que passaram a ocupar os lotes parcelados. Por isso, há expectativa que as demais famílias que se instalarão em UPFs, em razão da experiência organizativa acumulada, mesmo com a dissolução definitiva da cooperativa, potencializarão esses saberes, pois eles tornam-se propriedade comunitária. Novos grupos surgirão, novas organizações são constituídas, pois a sociedade é dinâmica e o ambiente acompanha essas mudanças, pois condiciona, mas não determina indelevelmente modos de vida em sociedade. Os grupos humanos se constituem não só para produzir, mas para viver, sobreviver e conviver. Dimensões do afeto, do compadrio, das relações de apoio de vizinhança são elementos constitutivos e explicativos das formas de configuração sociais adquiridas em determinados contextos socioambientais.

O fator condicionante meio ambiente apresentou pontos negativos para todos os critérios associados em ambos os grupos sociais analisados. Os limites ambientais têm sido um dos principais desafios para o desenvolvimento dos dois grupos, seja pelas características edafoclimáticas (baixa precipitação e má distribuição das chuvas, elevadas temperaturas, degradação do solo, relevo ondulado a forte ondulado, dentre outros), seja pelas dificuldades implícitas ao processo brasileiro de criação de assentamentos. Assim, as características do meio físico, que se traduzem em condições básicas para o desenvolvimento sustentável constituem-se num fator limitante e constante para as famílias, desde que sejam mantidas as formas de uso da terra observadas atualmente entre individuais e coletivos.

As restrições/limitações ambientais levam as famílias a construir estratégias de convivência. Além disso, as poucas áreas com aptidão aos cultivos e essenciais para a subsistência e geração de renda, tanto de agricultores individuais quanto coletivos, estão inseridas em áreas protegidas pela Legislação Ambiental. Este tem sido um dos mais sérios problemas enfrentados pelos pequenos agricultores, pois normalmente, os ambientes próximos aos cursos d'água, protegidos pela legislação, coincidem com unidades ambientais essenciais aos processos produtivos em pequenas propriedades no domínio dos "Mares de Morro" (FRANCO, 2000; FREITAS et al., 2004). Também ocorre o uso intensivo de áreas degradadas ou susceptíveis à erosão, seja pela constituição dos lotes inseridos totalmente nestes ambientes, seja pela demanda por geração de renda através da atividade pecuária que predomina na região.

A escola do assentamento se constituiu numa das principais potencialidades do assentamento, pois este é um espaço de compartilhamento de saberes, tanto para os individuais quanto para os coletivos. Ela é um projeto que extrapola os agentes do assentamento, haja vista que em 2008 a escola do assentamento já recebia estudantes da sede do município nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa escola estadual num assentamento era a única no município e na região Leste do estado de Minas com educação de adultos até a 8ª série. Toda comunidade tem se empenhado na constituição de uma

Escola Família Agrícola desde 2005, o que até 2008 ainda não havia se concretizado.

Mesmo com as limitações e dificuldades enfrentadas, comuns a quase todas as famílias do Programa de Reforma Agrária, as famílias do Primeiro de Junho têm conseguido construir novos saberes e possibilitado o desenvolvimento das áreas em que estão instalados. O fator determinante, citado pelos individuais, para a manutenção das famílias é a superação das limitações impostas pela capacidade suporte ambiental (número de famílias assentadas) articulada com o investimento social e produtivo. Para esse grupo essas limitações poderiam ser superadas com investimento tanto em infraestrutura social básica, quanto em atividades geradoras de renda.

A situação econômica das famílias individuais é muito diversa, sendo que alguns já têm conseguido quitar as dívidas dos empréstimos para investimentos, enquanto outros não. Nesse sentido, relatos apontam para a influência de inúmeros fatores na determinação/percepção da situação ‘boa’ ou ‘ruim’ das famílias individuais.

Para o grupo coletivo, em 2004, era mais importante o aprimoramento técnico e administrativo no domínio total das linhas de produção, seja para geração de renda, seja para subsistência. Este grupo previa que num horizonte de um a dois anos (a partir de 2004) teriam pagado todas as dívidas relacionadas a créditos, faltando “apenas” aproximadamente R\$ 80.000,00 a ser quitado. A idéia dos coletivos era que depois de quitar as dívidas pudessem atender aos anseios dos insatisfeitos com as dificuldades enfrentadas no âmbito da organização coletiva até então. Além disso, também esperavam trazer de volta os jovens e outros membros das famílias associadas que não empregavam mais seu trabalho na cooperativa.

Integrantes das 14 famílias dissidentes dos coletivos esclareceram, já em 2006, as principais razões para a saída da cooperativa como sendo, a falta de autonomia, o não atendimento de condições de segurança alimentar e geração de renda suficiente para atender às necessidades da família. Entretanto, estas famílias não deixam de chamar atenção para os aspectos positivos do trabalho coletivo, tais como: o maior poder de barganha junto a fornecedores e alcance de mercados não atingidos pelas famílias individuais; a atuação dos coletivos como mediadores políticos no encaminhamento de demandas do assentamento junto ao poder público e entidades parceiras em potencial, além de ser um instrumento mobilizador interno ao assentamento. Em 2008, este grupo de famílias se integrou à associação das demais 41 famílias individuais, pois sentiram a necessidade de terem uma figura jurídica que os representasse e viabilizasse, por exemplo, acesso a programas como o Compra Direta da CONAB. Naquele momento, acreditava-se que a associação poderia ser potencializada em suas ações em razão da cultura política organizativa depurada que esse grupo trouxe da experiência coletiva.

A forma com a qual cada grupo associou os fatores básicos de produção, terra, capital e trabalho, para uma situação ambiental e econômica semelhante se mostrou distinta. O fator organizacional dos coletivos foi potencializado nos depoimentos dos mesmos, e o referido fator (organização social) foi considerado como restritivo pelas próprias famílias individuais. Entretanto, a ausência de autonomia das famílias no âmbito da cooperativa em relação aos processos produtivos e à distribuição dos resultados do trabalho tidos como insatisfatórios tornaram-se um fator determinante para sua dissolução e retorno das famílias à forma de organização socioprodutiva tradicional, qual seja a UPF.

## Os tipos ideais na análise da sustentabilidade

Quanto às categorias de unidades de produção constituídas no processo de implantação de assentamentos é pertinente ressaltar que há inúmeros questionamentos sobre quais as características da agricultura familiar, a própria diversidade inerente à mesma, além de estratégias de monitoramento do desenvolvimento das famílias.

No Primeiro de Junho ficaram evidentes, entre os individuais, algumas características próprias de camponeses: aversão ao risco, interesse na economia de subsistência e exploração agrícola diversificada como apresentadas por Abramoway (1992), apesar da pressão pela intensificação da atividade pecuária como elemento de poupança e investimento em seu sistema de produção.

Já o grupo coletivo se constituiu numa proposta, que enquanto forma de organização para o trabalho, chocou com o perfil cultural e estrutural de anteriores experiências econômicas camponesas das famílias, o que culminou com a definição da dissolução da cooperativa. Contudo, essa dissolução colocou uma nova dinâmica de desenvolvimento no assentamento. Esse novo processo se baseará (após 2008) no *habitus* (BOURDIEU, 1996) reflexivo incorporado pelos ex-cooperados. A experiência de cunho dialógico (COELHO, 2014) e a cultura política incorporada por essas famílias poderão trazer outras mudanças não só sociais, mas ambientais e produtivas.

As categorias diferentes nas quais foram aqui enquadrados o grupo coletivo (B) e os individuais (C) demonstram que, em 2004, os grupos não partiam de um mesmo ponto e nem pretendiam chegar ao mesmo resultado em processos de desenvolvimento (PEREIRA et al., 2003), apesar de se tratar de famílias de um mesmo assentamento.

Da mesma forma, em 2008, mesmo diante das mudanças na dinâmica e existência destes grupos, elementos de avaliação construídos para a classificação em “tipo ideal”, como orientava Bruyne (2001) constituiu num instrumento eficaz para tomada de decisões, pois identifica um universo de categorias que se mostraram capazes de identificar as diferenças internas em grupos sociais. Além disso, evidenciam itens a serem considerados no que tange a avaliação e monitoramento da sustentabilidade socioambiental. Caso seja feito o quadro de avaliação das limitações e potencialidades para o assentamento, o desaparecimento da unidade de análise “coletivos” não implica o desaparecimento da visão dos mesmos, pois ela permanece latente naquele assentamento. Da mesma forma, continuam os individuais, entretanto modificados com a presença dos dissidentes. Esses últimos, por certo período (2005, 2006 e 2007), se constituiu também em uma categoria de análise distinta das demais.

A aplicação desse método de construção de “tipo ideais” exige uma adaptação às realidades em estudo dos fatores considerados condicionantes do desenvolvimento haja vista as facetas, dimensões e escalas envolvidas na análise, como destaca Azevedo (2002). Mesmo que o caso aqui analisado seja de um assentamento pequeno (81 famílias), se o universo de análise fosse um assentamento de porte médio a grande para a realidade de Minas Gerais (até 500 famílias), ele ainda seria um exercício criterioso e eficaz. Esse é um exercício, pelo qual, técnicos e demais envolvidos (lideranças e assentados) constroem uma proposta de avaliação e monitoramento passível de ser referência não só para o campo científico ou técnico, mas por todos os agentes do mundo da vida cotidiana. Assim, não se pode ter um momento de avaliação enquanto um retrato dado e acabado

da realidade. Fazem-se necessárias novas análises de contextos, de longo e curto prazo, considerando o caráter dinâmico e interdisciplinar das intervenções (COELHO, 2014). Além disso, como discute Azevedo (2002), a sustentabilidade é um conceito em disputa e apresenta inúmeras facetas e dimensões pertinentes aos olhares dos atores sociais envolvidos.

No caso dos assentamentos a perspectiva metodológica aqui apresentada constitui num instrumento teórico-prático analítico capaz de instrumentalizar principalmente mediadores locais e os próprios assentados nos processos de diagnóstico, planejamento, intervenção social nas atividades de cunho sociocultural, de produção e de desenvolvimento.

Outro aspecto a ser levado em conta é a natureza “complexa” do fenômeno como discutida por Morin (2005). Essa complexidade não pode significar impedimento e nem dificuldade metodológica. A compreensão da realidade enquanto algo indivisível é feita de modo que o estudo das partes não é a garantia de compreensão do todo, ou seja, a soma das partes não é igual ao todo. Essa compreensão é possível quando se dá um salto de totalidade na criação de conexões de sentido sociocultural e histórico-ambiental.

O processo de reconstrução de uma realidade a partir de um conjunto de categorias constituídas e normatizadas, como as do INCRA para a constituição de assentamentos (BRASIL, 2001; BRASIL, 2006), deve vir associada ao levantamento da dinâmica de intervenção social participativa (COELHO, 2014; MARINHO e FREITAS, 2015).

A recomposição do todo, que aqui se trata de assentamentos, faz-se por um exercício analítico e metodológico que necessita incorporar várias perspectivas de um mesmo processo, como as do INCRA, dos assessores técnicos, das lideranças dos movimentos sociais, dos assentados em geral, e talvez de universidades e outras organizações que estejam envolvidas na intervenção.

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte da dinâmica de vida dos grupos assentados há uma espécie de “estado de sustentabilidade” do qual se pode entrar ou sair. Entretanto, as condições ambientais impõem um limite a esta condição de flexibilidade, pois em alguns casos, o retorno às condições originais tem se tornado impossível em razão da capacidade suporte ambiental e das condições de resiliência do meio.

Constatou-se que os tipos ideais constituem-se em uma perspectiva metodológica promissora enquanto instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental. Na apropriação deste conceito metodológico faz-se necessário constituir modelos flexíveis e categorias analíticas que realmente representem a forma de compreensão dos agentes sobre quais seriam os fatores condicionantes de desenvolvimento.

A avaliação da sustentabilidade através dos “Fatores Condicionantes de Sustentabilidade”, com suas respectivas “Limitações e Potencialidades” permitem a construção de estratégias para a viabilização das propostas de desenvolvimento e monitoramento do processo para distintos grupos sociais. Assim, os critérios considerados importantes numa perspectiva de intervenção social também podem ser incorporados aos fatores condicionantes de acordo com as características da unidade focada pela análise.

A dinâmica de articulação organizativa e de valores dos grupos sociais é algo relevante nos processos de avaliação e monitoramento da sustentabilidade. Para tanto é preciso sensibilidade conceitual que destaque aspectos sociológicos e culturais, numa análise do tipo clínica para a identificação de grupos naturalmente constituídos, dos problemas por eles pontuados. Isso se constituirá no arcabouço institucional com o qual os grupos se relacionam, bem como os valores e normas que orientam a ação dos indivíduos assim agregados. As relações estabelecidas entre os mesmos é que dão sentido às avaliações, problematizações e definição de perspectivas de mudança.

Contudo, este trabalho evidencia a necessidade de mais estudos para construção de modelos teóricos e operacionais que orientem conceitualmente os trabalhos de monitoria e avaliação dos técnicos nas intervenções sociais junto ao amplo espectro da agricultura familiar. No caso dos assentamentos rurais, a perspectiva aqui experimentada se mostrou um importante instrumento para esse fim. Entretanto, faz-se necessário acumular mais exemplos para que essa proposta conceitual e metodológica torne-se mais palpável para o trabalho cotidiano de assessores nos assentamentos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R.. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas. Hutitec-ANPOCS. 1992.
- AZEVEDO, R. A. B.. A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Revista de Agricultura Tropical.**, Cuiabá, v. 6, n.1, p. 9-42, 2002.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. 311p.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2003. 38p.
- BRASIL. CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução de N° 289 de 25 de outubro de 2001. Estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de out. 2001. 12p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res28901.doc>>. Acesso em: 05 de set. 2004.
- BRASIL. Lei N° 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- BRASIL. CONAMA. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução de N° 387 de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 de dez. 2006. 15p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf>>. Acesso em 3 mar. 2007.
- BRUYNE, P; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M.. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991. 252p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A.. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção.** FAO/INCRA. PROJETO: UTF/BRA/051/BRA. BRASIL. 2000. p 1. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/>>. Acesso em: 5 set. 2004.

CARDOSO, I. M.. **Percepção e uso, por pequenos agricultores, dos ambientes de uma microbacia do município de Ervália - MG.** 1993. 195 f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** 2. ed. rev. ampl. Viçosa: Suprema, 2014. 188 p.

COELHO, F. M. G.; REIS, M. M.; MIRANDA, A. V.; CAON, P. G.; BOTELHO, M. I. V.; PAIVA, L. H. S.; ARAÚJO, E. R.. **Assentamento Primeiro de Junho: uma parte da história da luta pela terra em Minas Gerais.** Viçosa: CT-AGRO/MCT/MDA. 2007. 38p.

CORREIA, J. R.; LIMA, A. C. S.; ANJOS, L. H. C.. O trabalho do pedólogo e sua relação com comunidades rurais: observações com agricultores familiares do Norte de Minas Gerais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 447-467, set/dez. 2004.

DURKHEIM, Émile.: **Durkheim: Coleção Os Pensadores** 1 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: EMBRAPA Produção de Informações; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 1999. 412p.

FERREIRA NETO, J. A.; CARVALHO, M. M. J. (Org.). **Avaliação e capacitação dos técnicos do programa de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária - ATEs.** Belo Horizonte: INCRA, 2006. 182p.

FRANCO, F. S.. **Sistemas agroflorestais: uma contribuição para a conservação dos recursos naturais na Zona da Mata de Minas Gerais.** 2000. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 218p.

FREITAS, H. R.; CARDOSO, I. M.; JUCKSCH, I. Legislação ambiental e uso da terra: o caso da Zona da Mata de Minas Gerais. In.: **Boletim Informativo SBCS.** Viçosa. v. 29, n. 2, maio/agosto, 2004, p. 22-27.

FREITAS, H. R. **Contribuição da etnopedologia no planejamento da ocupação e uso do solo em assentamentos rurais.** 2009. 158f. Tese Doutorado (Pós-graduação em Solos e Nutrição de Plantas), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FREITAS, H. R.; GERVÁSIO, R. de C. R. G.; LIMA NETO, I. da S.; CARVALHO NETO, M. F. de; MARINHO, C. M. Análise da transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, Semiárido Brasileiro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 65-84, edição especial, 2015. Disponível em <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewFile/744/464>. Acesso em: 1 jun. 2016.

LEITE, L.; HERIDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392p.

LEMONS, R. C.; SANTOS, R. D.. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 3. ed. Campinas: SBCS, 1996. 84p.

LIANZA, S.; ADOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MANCIO, D.; MENDONÇA, E. S.; CARDOSO, I. M.; MUGLLER, C. C. Construção do conhecimento em solos no assentamento Olga Benário: O problema das voçorocas. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 121-134, 2013.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v.3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewFile/744/464>. Acesso em 01 jun. 2016.

MOLINA FILHO, J. **Classificação e caracterização sócio-econômica das unidades de produção agrícola no Brasil**. São Paulo: ESALQ. 1976. p. 287-292.

MORIN, E.. O desafio da complexidade. In: \_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.175-93.

PEREIRA, J. R.. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações rurais e agroindustriais**, Lavras. v. 4, n. 2, jul.-dez. 2001.

PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, A. A.; D'ÁVILA, C. A. R.; SUASSUNA, C. M.; GAIA, M. C. M.. **Plano de desenvolvimento do assentamento Colônia dos Ciganos**. Viçosa:UFV/UNB. 2003. 83p.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987. 173p.

WINKLERPRINS, A. M. G. A.. Insights and Applications - Local Soil Knowledge: A Tool for Sustainable Land Management. **Society & Natural Resources**, v. 12, p. 151-161, 1999.

WOORTTMANN, E.; WOORTTMANN, K.. **O trabalho da terra: lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1997. 192p.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FREITAS, Helder Ribeiro; COELHO, France Maria Gontijo; JUCKSCH, Ivo; PEREIRA, José Roberto; FILHO, Elpídio Inácio Fernandes. Sustentabilidade socioambiental em áreas de reforma agrária: tipo ideal enquanto instrumento de avaliação, planejamento e intervenção social. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 4, n. 2, p. 12-32, 2016. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 06 jun. 2016

Aceito em: 30 nov. 2016